

Educação popular no campo: o caso do Acampamento Irmã Dorothy Stang em Ivinhema, Mato Grosso do Sul

Thiago da Silva Melo¹

Resumo

Uma das dimensões da luta travada pelos movimentos sociais no campo é a educação, sendo orientada por uma concepção político-pedagógica que objetiva dinamizar a relação dos seres humanos com a formação de condições de vida social. Nesse sentido, o movimento camponês desempenha papel fundamental para a educação, seja ela formal ou informal, por intermédio de seus saberes e vivências para o exercício da liberdade e da autonomia. Este texto pretende discutir questões acerca da educação do campo tendo como enfoque as experiências no Acampamento Irmã Dorothy Stang no município de Ivinhema, Mato Grosso do Sul. Como metodologia, foi feito levantamento bibliográfico e realizadas entrevistas e observações no acampamento no decorrer dos anos de 2014 e 2015.

Palavras-chave

Movimento Camponês. Educação do Campo. Educação Popular. Acampamento Irmã Dorothy Stang.

1. Mestrando em Geografia na Universidade Estadual de Londrina, Paraná. E-mail: thiago_dasilvameo@yahoo.com.br.

Popular education in the country: the case of Camp Sister Dorothy Stang in Ivinhema, Mato Grosso do Sul, Brazil

Thiago da Silva Melo*

Abstract

The education field is designed in a dimension of struggle of rural social movements and as a pedagogical political design that aims to boost the relationship of human beings with the generation of conditions for social life. In this sense, the peasant movement plays a key role in education, whether formal or informal, through its knowledge and experience for the exercise of freedom and autonomy. This article discusses questions concerning education in the country by placing emphasis on the experiences at the Camp Sister Dorothy Stang in the municipality of Ivinhema, Mato Grosso do Sul, Brazil. The methodology consisted of literature review, interviews and observations in the Camp over the years 2014 and 2015.

Keywords

Peasant Movement. Rural Education. Popular Education. Camp Sister Dorothy Stang.

* MSc student in Geography, State University of Londrina, Paraná, Brazil. E-mail: thiago_dasilvamel@yahoo.com.br.

Introdução

As transformações na estrutura produtiva do Brasil, que, nas últimas décadas, passou da predominância da produção agrícola para a industrial, promoveram diversas mudanças no espaço rural, por conta, principalmente, da mecanização e da saída em massa de pessoas do campo.

A lógica de produção passou a ser estabelecida pelo capital, por meio das monoculturas, na tentativa de homogeneização e eliminação das contradições tanto do ponto de vista produtivo quanto dos conflitos sociais no campo, tendo reflexos, inclusive, nos modelos educacionais, que passaram a incidir esses interesses dominantes.

Como consequência da expansão do capital no campo, houve uma emigração em ampla escala de camponeses², expulsos de suas terras, para as cidades, fazendo com que diversos estudiosos assegurassem que o campesinato desapareceria e que a única via seria a modernização nos padrões em que foi implementada (KAUTSKY, 1980).

Não obstante a essas conjecturas que decretaram o desaparecimento do campesinato, o que ocorreu foi um processo de (re)criação camponesa, que fez com que esta classe social garantisse sua manutenção por intermédio de suas características inerentes: mão de obra baseada no trabalho familiar, produção voltada para o autoconsumo, redes de cooperação e ajuda mútua fizeram com que o campesinato sobrevivesse mesmo frente ao avanço do capital (ALMEIDA, 2006). Por conseguinte, o projeto do capital para o campo esbarrou na resistência do movimento camponês e na sua luta para a construção de um novo modelo de sociedade e de educação que

preze pelo fortalecimento da democracia e da justiça social em seus sentidos mais amplos.

Assim, os movimentos sociais no campo passaram a reivindicar uma educação norteada pelos princípios de autonomia, liberdade e emancipação humana como projeto social, que se desdobraram na proposta da educação do campo:

Tendo sua origem no processo de luta dos movimentos sociais para resistir à expropriação de terras, a educação do Campo vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos sociais do campo, isto é, que se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e também se vincula a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, cujas bases se alicerçam na necessidade da construção de um outro projeto de sociedade e de Nação. (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 19).

A educação do campo agrega atividades culturais e de trabalho cotidianas dos sujeitos sociais e estratégias de socialização na tentativa de manter a identidade como elemento central no seu processo de reprodução social. Por consequência, a educação está na perspectiva de luta dos movimentos sociais no campo com o objetivo de contribuir com um novo modelo de sociedade.

O modelo de educação do campo confronta o padrão “civilizatório”, introduzido nas escolas com a modernidade, com experimentos pedagógicos diferenciados, colocando-se como um projeto de educação popular:

Tendo por sujeitos políticos coletivos os

2. O conceito de camponês é utilizado em detrimento ao de agricultor familiar por compreendermos o campesinato enquanto classe social e modo de vida. A respeito, consultar: Almeida (2006); Godoi et al. (2009); Paulino e Fabrini (2008) e Ribeiro (2013).

movimentos sociais populares, a educação do campo que reivindicam e os experimentos pedagógicos que realizam não poderiam ser identificados senão como educação popular. (RIBEIRO, 2013, p. 43).

A educação do campo e a educação popular sinalizam para a mesma direção, uma vez que ambas buscam negar e questionar a estrutura social imposta e possibilitar meios para a transformação dos oprimidos em sujeitos sociais e ativos, com a possibilidade de decidir a respeito de qualquer assunto relacionado a sua vida (PAIVA, 1984).

Por meio da educação popular e do campo, os camponeses demonstram sua organização e identidade de classe, atestando o papel político que os sujeitos precisam assumir para a transformação a partir da organização:

A dimensão educativa, formadora das classes populares, pode ser captada no processo histórico de organização dos movimentos sociais populares. Entendemos as formas através das quais os trabalhadores e trabalhadoras se organizam, dando origem aos movimentos sociais populares, enquanto sujeitos políticos coletivos de transformação social e de educação popular, conferem conteúdo a essa realidade histórica e social. (RIBEIRO, 2013, p. 46).

O campesinato se organiza em iniciativas expressivas pela implantação e consolidação de práticas educativas que ultrapassem as limitações inerentes à educação formal, concebida pela classe dominante, conforme já evidenciara Paulo Freire (2001, p. 28):

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização.

O trabalho em questão traz relato e discussão teórica e política sobre a experiência educacional no âmbito rural no Acampamento Irmã Dorothy Stang, no município de Ivinhema, Mato Grosso do Sul. Caracteriza-se como resultado de uma pesquisa que tem por objetivo contribuir para reflexões sobre práticas educativas alternativas às tradicionais.

Um dos aspectos primordiais observados durante o processo de investigação científica para a elaboração do artigo foi a metodologia empregada. Segundo Nossa (2005), essa etapa compreende um processo interligado de procedimentos, convergentes na problemática do acesso, tratamento e emprego de dados e informações.

Foram feitos estudo bibliográfico e levantamento de informações por meio de pesquisa em periódicos especializados na temática, livros e trabalho de campo no referido acampamento, com a realização de entrevistas com as lideranças do movimento e acampados, mediante a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no decorrer dos anos de 2014 e 2015.

A importância do estudo bibliográfico está no auxílio ao delineamento e à delimitação do tema da pesquisa, da seleção adequada de bases de dados bibliográficos, no uso apropriado dos conceitos e suas definições e da síntese para a escolha das obras que integram a pesquisa (PIZZANI et al., 2012). A leitura de obras que abordam a educação do campo e a educação popular foram relevantes na compreensão das diversas questões que serão debatidas no decorrer do texto, formando o arcabouço teórico de sustentação das argumentações e proposições que serão apresentadas.

O trabalho de campo constitui parte importante da averiguação, sendo uma atividade realizada pelo pesquisador no local onde o fenômeno estudado ocorre, consistindo na coleta e registro de dados, entrevistas e informações relativas ao objeto de estudo

(ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006). A realização desse tipo de trabalho permitiu a observação da experiência educacional vivenciada no acampamento, da maneira como ocorreu a efetivação dessa iniciativa e como as teorias da educação do campo se materializam na realidade.

Foram entrevistadas 10 pessoas entre as 35 acampadas, sendo 2 autoridades do movimento e 8 acampados, indicados pela liderança conforme o grau de envolvimento no projeto educacional desenvolvido. O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada por atender às necessidades da pesquisa.

A educação segundo os camponeses

Os problemas e as contradições históricas do espaço agrário do Brasil ultrapassam os limites dos assentamentos e acampamentos dos sem-terra para entrar na pauta de reivindicações do movimento camponês mundial representado pela Via Campesina³. Nesse contexto, a educação do campo não poderia deixar de estar presente nas pautas reivindicatórias dos movimentos sociais do campo.

Por meio das lutas dos movimentos sociais, a educação do campo tem como finalidade romper com a concepção de trabalhador rural que, durante décadas, foi

construída e consolidada pela educação elitista, que considera natural que os sujeitos do campo sejam tratados como atrasados, inferiores; que a condição de pobreza seja seu destino inevitável; que, no campo, não haja escola, sendo necessário aos camponeses se deslocarem até a cidade para frequentar uma; que o acesso à educação seja restrito à escola; e que os saberes e conhecimentos produzidos pelos camponeses sejam desqualificados e considerados como ignorância. Nesse sentido, Oliveira (2010, p. 53) faz a seguinte afirmação:

Lutar por uma educação de qualidade, ligada à organização de classe, é desafiar o poder da dissolução da escola e do sistema educativo, e construir um novo sistema ligado à cultura dos trabalhadores camponeses e de suas comunidades. Esta tomada de consciência por parte dos movimentos sociais no campo brasileiro ocorre diante da realidade educacional presente nas escolas.

Nesse contexto de luta por uma forma de educação que seja popular, os membros do Acampamento Irmã Dorothy Stang se uniram para construir uma escola na qual as crianças tivessem a oportunidade de aprender mais sobre a cultura camponesa. O Acampamento está localizado próximo às margens da BR 376, perto da entrada da cidade de Ivinhema, no estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1).

3. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar. Para este Movimento, a biodiversidade tem como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e de que cada povo e cada pessoa tem liberdade para pensar, para ser e agir.

Figura 1 – Localização do Acampamento Irmã Dorothy Stang no município de Ivinhema-MS.



Fonte: Google Mapas adaptado pelo autor (2015).

A ocupação teve início em 2003 quando trabalhadores rurais sem-terra, que exerciam a atividade de boias-frias, oriundos, principalmente, da periferia da cidade, se uniram na luta pela realização do sonho de terem sua própria terra para cultivo e melhorar as condições de vida as suas famílias.

São 32 famílias acampadas em um espaço insuficiente de 25m² cedido pela prefeitura do município após muita luta e negociação dos acampados após terem sido despejados de outra área que ocuparam até o ano de 2012.

Atualmente, esses camponeses estão filiados ao Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos

Trabalhadores (DETR-CUT). Essa organização sindical

tem como tática de luta: consolidar uma organização estadual da agricultura familiar do Mato Grosso do Sul, que lute pela Reforma Agrária e pela construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário. (SILVA, 2004, p. 62).

Na perspectiva da luta pela reforma agrária e pela construção de um projeto alternativo frente ao avanço do capital no campo, os acampados criaram uma escola informal para as crianças desenvolverem atividades (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4 – Crianças na escola do Acampamento Irmã Dorothy Stang.



Fonte: O autor (2015).

Cerca de quinze crianças frequentam a escola do acampamento. O número oscila, pois visitantes também são recebidos. A faixa etária das crianças alterna entre 2 e 10 anos e elas são de ambos os sexos.

As atividades desenvolvidas são bastante diversas e contemplam criação e pintura de desenhos sobre a questão agrária, o aprendizado de cantigas do movimento sem-terra e os gritos de guerra pela reforma agrária.

As aulas são realizadas aos fins de semana com a colaboração de todos os acampados, o modelo utilizado no acampamento para o ensino das crianças está no âmbito da educação informal. Segundo Gohn (2008, p. 7), a educação informal

aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc.

A educação informal pode ser resumida em: processo de aprendizagem gerado através da experiência de contato com as fontes;

aprendizagem decorrente das repetições de ações rotineiras; apreensão e aprendizagem das diferenças existentes na realidade social; aprendizagem gerada pelo contato com o movimento; aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual, sinônimo de conhecimento (GOHN, 2005).

Na concepção de Brandão (1985), a educação informal está relacionada com o processo “livre” de transmissão de certos saberes, tais como a fala comum a um dado grupo de tradições culturais e demais comportamentos característicos da comunidade.

Os elementos que compõe a educação informal permitem uma abordagem mais livre das temáticas apresentadas às crianças, já a educação formal apresenta diversos fatores que seriam limitadores:

Quanto à educação formal, ela geralmente se parece mais com uma forma de adestramento, disciplinarização, treinamento e docilização dos indivíduos, do que como meio de transformação e de revolução social. Mesmo quando tem a preocupação de ser crítica, de subverter a ordem acadêmica e de questionar o sistema vigente, o que é um tanto raro e incomum nos tempos atuais, é envolvida por um amplo aparato disciplinar e burocrático deixando pouco espaço para flexibilidade e

para a realização de experiências alternativas. (OLIVEIRA, 2010, p. 51).

A educação formal, dessa forma, é obstaculizada pela elite, pois o sistema educacional foi criado para atender demandas da classe burguesa, de forma a justificar e defender os ideais dessa classe. Dessa forma, para a classe trabalhadora restou apenas ser disciplinada nos moldes dessa ideologia até então.

Segundo uma das líderes do acampamento, Débora Lima⁴, a criação da escola no Acampamento foi importante para as crianças conhecerem a luta pela terra e a reforma agrária e compreenderem o espaço onde moram, contribuindo, assim, para a formação social dos “sem-terrinha”.

A educação é um processo de formação do ser, ou seja, é através dela que a luta pela Reforma Agrária e pelos demais objetivos do movimento podem permanecer nos Sem-Terrinha. É educando que a luta, para os militantes, continuará. (OLIVEIRA, 2010, p. 77).

Levando em consideração os diferentes estágios de desenvolvimento de uma criança, devido a suas variadas faixas etárias, a finalidade do ensino é a formação política desde a infância para que essas crianças compreendam o significado da luta de seus pais pela terra, que elas possivelmente, darão continuidade.

As crianças são estimuladas a aprender por meio de cantigas, que são entoadas em conjunto, desenhos, pinturas e brincadeiras que objetivam despertar o interesse e a curiosidade delas sobre a temática. O aprender coletivo contribui para o avanço de sua condição humana. Assim, essas atividades ajudam as crianças a enraizarem-se em coletividades fortes, potencializando o convívio social, humano, na construção de suas identidades, conhecimentos,

sentimentos e valores (CALDART, 2000).

Por intermédio da educação e da vivência no movimento, os sujeitos criam o sentimento de “ser sem-terra”, ou seja, o movimento cria a partir da educação uma identidade atribuída ao camponês que luta não apenas por uma terra para si, mas para todos, por participar e defender os direitos da coletividade.

O convívio e a construção coletiva do conhecimento também contribuem para a formação política das crianças:

Os movimentos que se estruturam a partir de objetivos táticos e estratégicos caminham para formar a organização política de sua força e a constituição de sua classe social, como é o caso dos trabalhadores sem-terra que, ao se organizarem, entram para a classe camponesa. (BOGO, 2008, p. 100).

Débora Lima também afirmou que a escola, ainda que informal, é importante para que a criança relate aos colegas, no convívio escolar (educação formal), suas experiências no acampamento e transmita, em sua linguagem, os significados da luta pela terra, buscando desconstruir diversos estigmas e preconceito sobre os sem-terra e afirmando a identidade coletiva, uma vez que a criança camponesa pouco ou nada se vê representada, quando não desvalorizada, no sistema formal de ensino.

O aprendizado por parte dos pequenos não se restringe aos conhecimentos adquiridos na escola, sendo sua vivência no acampamento um processo de contínua aprendizagem das práticas culturais, entendidas como a repetição e a manutenção de comportamentos e a transmissão de modos de agir, seja pelo ensino ou pela observação do indivíduo. Dessa forma, novas gerações aprendem práticas culturais de gerações anteriores.

Por meio da observação, as crianças identificam elementos da cultura camponesa

4. Débora Lima é uma das líderes do acampamento e integrante do movimento desde o final dos anos 2000. O projeto de educação popular e do campo foi idealizado e implementado por ela.

como a essência solidária – dar, receber e retribuir – um dos seus sentidos de ser e viver, convivendo e respeitando o próximo.

As pessoas se educam nas ações porque é o movimento das ações que vai conformando o jeito de ser humano. As ações produzem e são produzidas através de relações sociais: ou seja, elas põem em movimento um outro elemento pedagógico fundamental que é o convívio entre as pessoas, a interação que se realiza entre elas, mediada pelas ferramentas herdadas de quem já produziu outras ações antes (cultura); nestas relações as pessoas se expõem como são, e ao mesmo tempo vão construindo e revisando suas identidades, seu jeito de ser. (CALDART, 2000, p. 54).

Os alunos veem o resgate de valores, como a união e a solidariedade, por meio de atitudes dos acampados, como a construção de um brechó para arrecadar roupas para as pessoas que precisam e um albergue para abrigar pessoas que estejam enfrentando alguma dificuldade temporária no acampamento.

No contato com os adultos, as crianças aprendem por meio da oralidade – que assume um papel fundamental para a cultura camponesa – e das narrativas de histórias, que trazem à tona sua memória e mesmo seus mitos:

À primeira vista, as narrativas e os registros memoriais fragmentados parecem pouco relevantes para o estudo do social. Porém, pela reiteração dos elementos constitutivos dos encantamentos, as histórias contadas revelam uma “realidade vivida e sentida pelos homens em sociedade”. Sem contestar as propriedades universais do mito, os relatos

míticos encontrados trazem, para o plano real, um universo repleto de personagens sobrenaturais escondidos embaixo da terra ou nas águas subterrâneas, sobretudo nos poços e nos olhos d’água: as almas e demais aparições ocupam o território, lembrando aos vivos que há uma presença anterior, demarcando espaços com sinais, pedras, “letreiros” e cruzeiros. Assim, o mito transforma-se em memória. Pois, no fim das contas, aparece como a única lembrança dos acontecimentos que marcaram a vida dos antepassados. (GODOI et al., 2009, p. 72).

Podemos refletir que um dos mecanismos de educação no acampamento é o compartilhamento de significados e ferramentas de cultura, auxiliando na tarefa de significação das ações dos sujeitos sociais, transformando-os em valores, convicções, costumes, comportamentos, símbolos e gestos de seu modo de vida refletido na coletividade da qual fazem parte.

Isto quer dizer, entre outras coisas, que educar as pessoas é ajudar a cultivar sua memória, é conhecer e reconhecer seus símbolos, gestos, palavras; é situá-las num universo cultural e histórico mais amplo, é trabalhar com diferentes linguagens, é organizar diferentes momentos e feitos para que as pessoas reflitam sobre suas práticas, suas raízes, seu projeto, sua vida... (CALDART, 2003, p. 55).

No acampamento, há uma grande diversidade de cultivos: mandioca, milho, feijão, cebolinha (Figuras 5 e 6) e as crianças também aprendem a plantar e a lidar com a terra, produzindo o próprio alimento.

Figuras 5 e 6 – Cultivos no Acampamento Irmã Dorothy Stang.



Fonte: O autor (2015).

Dessa forma, as crianças aprendem na prática, com o seu trabalho e com a relação que estabelecem com a natureza e consigo:

Pensamos o trabalho na sua dimensão educativa que, pela relação que o trabalhador estabelece com a natureza, mediada pelas relações consigo mesmo e com outros trabalhadores, humaniza enquanto produz bens materiais, imateriais, linguagem, arte, conhecimento e cultura. (RIBEIRO, 2013, p. 44).

Outros conhecimentos sobre a natureza são construídos a partir do contato com os adultos e suas observações, estabelecendo uma relação bastante peculiar com a natureza, que é um dos elementos da cultura camponesa:

Uma relação particular com a natureza também é verificada entre os camponeses no conhecimento que possuem sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e semeadura feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. (PAULINO; FABRINI, 2008, p. 263).

A escola no acampamento, ainda que informal, desempenha um papel fundamental

na formação das crianças, porque inicia o processo de criação identitária e de raízes camponesas. Suas práticas voltadas à formação humana, política e cultural dos sujeitos, faz um contraponto reflexivo à educação institucionalizada.

Considerações finais

A educação do campo foi idealizada em uma esfera de luta dos movimentos sociais do campo, constituindo-se em uma concepção político-pedagógica com a finalidade de dinamizar a relação dos seres humanos com a geração de condições de vida social. Os camponeses organizam-se em movimentos sociais populares, criando alternativas de sociedade e de educação que pressupõem um processo de emancipação social.

Tomamos como exemplo as experiências no Acampamento Irmã Dorothy Stang para evidenciar a importância da educação voltada para a formação da identidade coletiva do indivíduo e para a valorização dos elementos de sua cultura, que passa a ser ensinada de forma dinâmica pelos próprios camponeses.

A escola no acampamento analisado articula trabalho e educação dentro de um projeto popular de sociedade, tomando como princípio e finalidade da formação humana a liberdade, a autonomia e a emancipação.

Posto isso, o artigo mostrou, com base nas experiências no acampamento estudado, a

importância de uma educação popular voltada para o ensino da cultura camponesa a partir da vivência dos próprios sujeitos, contribuindo para os estudos relacionados à educação do campo, ciente de que esta é apenas uma pequena contribuição que necessita ser aprofundada com maiores estudos e pesquisas sobre a temática.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. da. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-67, jul. 2006.

ALMEIDA, R. A. de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Movimento sem-terra: lições de pedagogia. **Currículo sem fronteiras**, Dartmouth, v. 3, n. 1, p. 50-59, jan./jun. 2003.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção: Questões da Nossa Época, v. 23).

GODOI, E. P. de et al. (Org). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v. 1.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo no terceiro setor. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

NOSSA, P. N. M. de S. **Abordagem geográfica da oferta e consumo de cuidados de saúde**. 2005. 392f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Lisboa, 2005.

OLIVEIRA, M. E. B. de. **Terra, trabalho e escola**: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba. 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PAIVA, V. (Org.). **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n.1, p. 53-66, jul./dez. 2012.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípio/fins da formação humana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, T. P. da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã-MS**. 2004. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2004.

Submetido em 30 de janeiro de 2016.

Aprovado em 13 de fevereiro de 2016.